ANO MAIS de SANTO

Schuma Schumaher

De: Erico [ericovitalbrazil@globo.com]
Enviado em: domingo, 18 de junho de 2006 23:35
Para: Schuma
Assunto: Fw: histórico do Bogum

----- Original Message -----
From:
To:
Sent: Sunday, June 18, 2006 9:53 PM
Subject: histórico do Bogum

Olá Érico, esse é um breve histórico do bogum, talvez possa te ajudar. nesse doc. a única informação q. não procede é o tempo de luto. O autor cita 3 anos, mas na verdade nosso luto é de 7 anos. bjs

---

Breve histórico do terreiro *Zoogodô Bogum Malê Rundô*

Luis Nicolau Parés, Salvador 2004*

O candomblé do Bogum, ou *Zoogodô Bogum Malê Rundô*, de nação jeje mahi, já foi chamado o "terreiro mais antigo do jeje", "centenário", "bissecular", com "mais de três séculos" e outros apelativos que destacam a sua antigüidade[1]. Uma das tradições orais da casa remonta a fundação do Bogum ao final do século XVIII e sustenta que o terreiro teria surgido a partir de um quilombo de escravos fugitivos. O indício documental mais forte para sugerir o funcionamento do Bogum data de 1831. Trata-se do relatório de um assalto a um candomblé de africanos situado no topo de um morro, no Engenho Velho da Federação, localização perfeitamente compatível com a do Bogum, cujo barracão está estrategicamente localizado no alto da Ladeira Manoel Bomfim[2].

Embora não caiba descartar o funcionamento do Bogum nos anos 1830, a primeira referência escrita a essa congregação religiosa aparece em 2 de maio de 1867, no jornal *O Alabama*. A noticia relata um ritual funerário realizado "por alma de um Machado, *dignidade do Bongum*"[3]. Outra noticia, uma semana depois, menciona "o candomblé denominado *Bogum*, de que são chefes o barbeiro José Moraes, morador ao Cabeça, Isidoro Melandras e a preta Rachel"[4]. Várias notícias consecutivas de 1867 a 1870 indicam uma estabilidade da congregação religiosa, e demostram que o terreiro tinha atingido uma complexidade organizacional e litúrgica similar à dos candomblés contemporâneos, com longos processos de iniciação, estrutura hierárquica do corpo sacerdotal, e atividades rituais que se prolongavam durante a maior parte do ano. Além do mais, o Bogum mantinha estreitas relações de cooperação com outros terreiros de Salvador e do Recôncavo. Cabe notar que, nessa época, o termo utilizado para referir-se as divindades africanas era "*vudum*" (e não orixá, como atualmente), sugerindo a preeminência e visibilidade social dos terreiros jejes no processo constitutivo do Candomblé.

O que aconteceu no Bogum nas três últimas décadas do século XIX fica um enigma ainda por esclarecer. A tradição oral da casa fala que o terreiro foi liderado pela africana Ludovina Pessoa, "a primeira mãe-de-danto do jeje marrino (mahi)". Sabemos que ela era uma das mais importantes *mamães* do Candomblé baiano na década de 1860, transitando livremente entre Salvador e Cachoeira, e dirigindo

importantes festas que congregavam "gente da Bahia, multidão de Cachoeira, tropilha de Sant'Amaro e uma chusma da Feira"[5]. Após dela, o Bogum teria fechado por vários anos até uma nova retomada das atividades religiosas, por volta de 1890.

No período pós-abolição, o Bogum foi liderado pela crioula Valentina, iniciada, provavelmente por Ludovina, para o vodun Sogbo Adaen. Valentina foi secundada por Manoel da Silva, que era de Ogun. Os primeiros anos da sua gestão são obscuros, mas é razoável pensar que, na primeira década do século XX, o terreiro já estava funcionando com uma certa estabilidade, pois, sabemos, que por volta de 1910 Valentina recolheu um primeiro *barco* de oito vodunsis, celebrando a sua saída em junho de 1911. Nesse período ainda haviam africanas na casa[6].

Segundo as tradições orais, Valentina e Manuel da Silva faleceram por volta de 1920 e o terreiro ficou inativo por vários anos, até 1935, quando assumiu Maria Emiliana da Piedade, consagrada ao vodun Agué [7]. O escritor português Edmundo Correia Lopes fez uma visita ao terreiro em setembro de 1937 e comenta que, naquele momento, "o Bôgúm despertava de um sono longo"[8]. A gestão de Emiliana é lembrada como uma das épocas de apogeu e esplendor do Bogum. Em 28 de julho de 1937, após a celebração do Segundo Congresso Afro-Brasileiro em janeiro, foi fundada a Sociedade Afro-Brasileira Fiéis de São Bartolomeu[9], órgão civil do terreiro, e, em setembro do mesmo ano, o Bogum foi registrado na *União das Seitas Afro-Brasileiras da Bahia*. Edison Carneiro menciona, entre os terreiros de nação jeje, "o da velha Emiliana, no Bôgún, o mais importante de todos"[10].

Nesse período o Bogum mantinha estreitas relações com o terreiro Seja Hundé de Cachoeira, e tem quem afirme que "os dois terreiros eram um só". Emiliana preparou pelo menos três *barcos*, o que vem a confirmar a capacidade de recrutamento de novos membros e a boa dinâmica da congregação. Na década de 1940, o Bogum se consolidou como um dos terreiros mais importantes de Salvador. O prestígio do terreiro estava baseado na competência ritual dos seus lideres, mas afiançava-se e era legitimado por uma extensa rede social de contatos e colaborações com sacerdotes de outras "nações de candomblé".

Emiliana faleceu com 92 anos, em 10 de novembro de 1950. O Bogum fechou as portas ao público por três anos (como é de praxe na nação jeje) e esse período de transição foi marcado por disputas pela liderança. Por volta de 1953, Maria Romana Moreira, iniciada em Cachoeira e consagrada ao vodun Kpo, assumiu como zeladora, mas nunca foi *doné* (um dos títulos da máxima dirigente nos terreiros jejes), nem iniciou vodunsis no Bogum. Ela era uma experiente sacerdotisa que acompanhou de perto a gestão de Emiliana, mas ela também transitava em candomblés de outras nações.

Após a morte de Romana em 1956, a liderança do Bogum foi assumida por Valentina Maria dos Anjos, vulgo Runhó, iniciada pela primeira *doné* Valentina, em 1911, para o vodun Sogbo Adaen. Com Runhó, as relações entre o Bogum e o Seja Hundé de Cachoeira se esfriam e, a partir de 1960, cessa a comunicação entre os dois terreiros. Ao mesmo tempo, membros da família dos Anjos começam a ocupar cargos de importância, constituindo o parentesco biológico uma forma de garantir a estabilidade do poder religioso e a continuidade do terreiro.

Jorge Amado reverenciou Runhó como exemplo da "discrição e o recato tradicionais da nação jeje" e outros destacaram a "austeridade com que conduziu seu Candomblé"[11]. Entre 1964 e 1972 Runhó iniciou 6 *barcos*, com um total de 16 vodunsis, na sua maioria consagradas a voduns distintos, o que indica uma vontade implícita de preservar a riqueza do panteão jeje e ao mesmo tempo uma grande competência ritual.

Mãe Runhó, que sofria do coração, veio a falecer em 27 de dezembro de 1975. Após uma nova interrupção de três anos, o terreiro foi reaberto no dia 2 de janeiro de 1979 e, no dia 21, foi empossada a sucessora Evangelista dos Anjos Costa, vulgo Nicinha ou Gamo Lokosi, filha carnal de Runhó, iniciada por Emiliana para o vodun Loko. Entre 1985 e 1990, Nicinha preparou quatro *barcos*, com um total de dez vodunsis consagradas a dez voduns diferentes. Essa época esteve marcada por um esforço persistente da comunidade em promover uma maior visibilidade social do terreiro, através da imprensa e outras

estrategias. Nessa perspectiva, Mãe Nicinha promoveu encontros com altos dignitários religiosos da África e foi também anfitriã da 1ª Semana de Palestras sobre "O Povo Malê e suas influências", celebrada em 1986. Nesse fórum, começaram a conceber medidas contra a especulação imobiliária e a organizar uma campanha a fim de conseguir recursos para restaurar o terreiro[12].

O crescimento urbanístico de Salvador e a especulação imobiliária foram responsáveis pela progressiva perda de terras do terreiro, iniciada em finais dos anos 1950, e agravada na década de 1960. Desde então, o Bogum "teve o seu espaço físico diminuído cinco vezes ao que era originalmente"[13]. As terras foram aos poucos ocupadas por casas e casebres, a partir de vendas realizadas pela família Catharino (proprietários nominais das terras) e concessões que fazia Runhó a pessoas que vinham lhe pedir ajuda. Poucos dias antes da sua morte, Runhó declarava: "Cada dia vai ficando mais difícil fazer as obrigações do gege, aos nossos voduns. É que estão faltando mato e rio, próximos de nosso terreiro. Antes tínhamos um rio por aqui; mas foi entulhado. E para 'fazer santo', só tendo mato e água"[14].

Nicinha iniciou a sua gestão com importantes alianças políticas e com ações para chamar a atenção dos poderes públicos sobre a precária situação do terreiro. Em 1981, a Prefeitura de Salvador, em convênio com o SPHAN/Pró-memória do Ministério de Cultura, sob a direção do professor Ordep Serra, lança o Projeto MAMNBA (Mapeamento de Monumentos Negros da Bahia) que visava preservar, com o patrocínio dos órgãos públicos, as áreas sagradas dos terreiros de Salvador. O projeto contribuiu para a reorganização da Sociedade de Fieis de São Bartolomeu e, em 1985, encaminhou à Câmara Municipal o projeto de lei n. 3.591/85, para declarar o Bogum (e outros três terreiros vizinhos) como Área de Proteção Cultural e Paisagística. A lei existia, mas a sua eficácia foi nula. Um segundo projeto de lei da mesma época determinava que os terreiros não deviam pagar mais décimas à Prefeitura e, nesse momento, o Bogum deixa de pagar também o aluguel das terras. A família Príncipe de Oliveira, então proprietária do terreno, também não reclamou mais o pago do aluguel. Porém, os moradores do Bogum ainda não têm nenhum registro de propriedade das terras.

A campanha lançada através da imprensa e outras iniciativas políticas dos ogans do Bogum permitiram obter alguns recursos para a restauração do barracão. Em 1987, por exemplo, a Fundação Gregório de Matos, contribuiu para esse fim no marco de uma campanha para a recuperação dos principais terreiros da cidade. Na década de 1980, portanto, o Bogum se mobiliza através de contatos políticos e do uso da mídia para lutar contra a especulação imobiliária e obter benefícios dos órgãos públicos. Nessa época, foi discutida a possibilidade de tombamento do terreiro, mas a iniciativa não prosperou, devido a uma decisão interna da comunidade.

Nicinha, que sofria uma anemia profunda, faleceu em 5 de outubro de 1994, com 82 anos de idade. Na ausência da *doné*, assumiu provisoriamente como responsável da casa a mãe pequena, *hunso* Dezinha de Oxum. O terreiro permaneceu fechado por mais de sete anos. Foram tempos difíceis para a congregação religiosa, que ainda perdeu, em 1995, o ogan *hundeva* Edvaldo dos Anjos Costa, filho carnal de Nicinha. Em 30 de maio de 2002, o *olowo* Agenor Miranda Rocha, 94 anos, após olhar os búzios de Ifá, apontou como nova *doné* do Bogum a *dofona* Zaildes Iracema de Mello, vulgo Índia de Ajonsu (Azonsu), sobrinha de Nicinha e neta de Runhó. Legitimada pelos poderes do mais prestigiado e respeitado *olowo* do Candomblé contemporâneo, a liderança religiosa do Bogum permanecia ligada à família de Runhó, já na sua terceira geração. As atividades rituais públicas foram reiniciadas em dezembro de 2002, e em agosto de 2003, a sucessora tomou pose do cargo de *doné* parra inaugurar uma nova etapa do Bogum.

---

* As informações deste histórico resultaram de pesquisa desenvolvida entre 1996 e 2003 e estão publicadas em Luis Nicolau Parés, *A formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*, Campinas, Editora da Unicamp, 2006.

[1] "Bogum quer tombamento para preservar o seu bissecular Terreiro", *A Tarde*, 24.8.86; "Sepultada mãe-de-santo do mais antigo terreiro jeje", *A Tarde*, 6.10.94; "Terreiro do Bogum inicia cerimônias de preparação", *A Tarde*, 7.10.94. Ainda alguns membros do Bogum estimam a data da fundação em 1620: Butler, *Freedoms*, p. 191.

[2] Reis & Silva, *Negociação*, pp. 56-7; cf. "Antônio Guimarães ao presidente Barros Paim" 24.7.1831, Juizes de Paz, maço 2681, APEBa. Esse indício, embora impreciso, parece mais convincente que outros argumentos que defendem a mesma hipótese do funcionamento do Bogum nos anos 1830, em relação a revolta dos malês em 1835: Monteiro, *Notas*, p. 61. J. de Carvalho, "Nação Jeje", pp. 55-56; "Mundo Jeje comemora cinqüentenário de sua mãe-de-santo", *A Tarde*, 26.7.88.

[3] *O Alabama*, 2 de maio de 1867.
[4] *O Alabama*, 10 de maio de 1867.
[5] *O Alabama*, 19 maio 1869.
[6] Entrevista com Valentina Maria dos Anjos, 17.1.61, Ficha n. 1, CEAO.
[7] Everaldo Duarte, 23.8.96.
[8] Lopes, "Exéquias", p. 559.
[9]Estatutos da Sociedade Afro-Brasileira Fiéis de São Bartolomeu, publicados no Diário Oficial n. 10777 e 10778, em 16 de Outubro de 1977.
[10] Carneiro, *Candomblés da Bahia*, pp. 44-45, 64.
[11] Equede Santa, entrevista 1981; "Acabado Cirrum, o Bogum fica fechado por um ano", *A Tarde*, 5.1.76; "A solidão do povo jeje. Por Jorge Amado", ref.***
[12] 22, 23 e 25 de julho de 1986, *A Tarde*; J. de Carvalho, *Reinvenção*, p. 37.
[13] "Bogum quer tombamento para preservar o seu bissecular Terreiro", *A Tarde*, 24.7.86.
[14] "Ruinhó quer mato e rio para 'voduns' do Bogum", *A Tarde*, 5.12.75.

Urânia Rodrigues Munzanzu

Novidade no Yahoo! Mail: receba alertas de novas mensagens no seu celular.